

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE
PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU

Data: 27/04/2015

Local: Sala 506-B – Prédio-Sede TRT4

Presenças: Desembargador Francisco Rossal de Araújo (Coordenador); Juízes do Trabalho Ricardo Fioreze, Andrea Saint Pastous Nocchi, Mauricio Schmidt Bastos e Rodrigo Trindade de Souza (representante da AMATRA IV); servidores José Américo Ilha de Quadros, Carolina da Silva Ferreira, Gabriel Pacheco dos Santos, Ruy Bittencourt de Almeida Neto, membros do Comitê, e, na condição de convidados, Daniela Vaz dos Santos, diretora da Secretaria de Administração, e Mário Garrastazu Médici Neto, diretor da Secretaria de Comunicação Social.

Secretária: Tatiana Duarte Pina (AGE)

Hora de início: 17h

Hora de término: 18h35min

Previamente à reunião, os integrantes do Comitê receberam cópia do estudo e proposta de resolução administrativa sobre a cessão de servidores, elaborados pelo Juiz do Trabalho Marcelo Bergmann Hentschke.

Aos vinte e sete dias do mês de abril de 2015, às 17 horas, na sala 506-B do Prédio-Sede do TRT4, ocorreu reunião ordinária do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição. Estiveram presentes o Desembargador Francisco Rossal de Araújo, os Juízes do Trabalho Ricardo Fioreze, Andrea Saint Pastous Nocchi, Mauricio Schmidt Bastos e Rodrigo Trindade de Souza (representante da AMATRA IV), além dos servidores José Américo Ilha de Quadros, Carolina da Silva Ferreira, Gabriel Pacheco dos Santos, Ruy Bittencourt de Almeida Neto, Daniela Vaz dos Santos e Mário Garrastazu Médici Neto. Ausentes os Juízes do Trabalho Marcelo Bergmann Hentschke e Maria Silvana Rotta Tedesco, justificadamente. A reunião foi inicialmente coordenada pelo Dr. Fioreze, em razão da participação do Des. Rossal em sessão da Seção de Dissídios Coletivos, conforme relato que segue. Inicialmente, Dr. Fioreze tratou como item de pauta a análise do estudo e proposta de resolução administrativa sobre a cessão de servidores, elaborados pelo

Dr. Marcelo Bergmann. Questionou se todos tinham entendido a proposta e passou a palavra aos demais integrantes. Dr. Maurício Bastos achou interessante a idéia de fixar um percentual em relação ao número de cedidos de outros órgãos ao TRT4. Ressaltou apenas o inconveniente da proposta: o ponto em que o TRT4 não terá mais nenhum servidor de outro órgão cedido, o que torna o cálculo inviável. Achou interessante a proposta de que a cessão seja sempre feita de forma bilateral, mas questionou a existência de amparo legal. Dr. Fioreze esclareceu que as situações bilaterais são as permutas e a cessão tratada no estudo é aquela prevista no artigo 93 da Lei nº 8112/90. Dra. Andrea Nocchi questionou se existe obrigatoriedade em ceder o servidor. Respondeu o Dr. Mauricio Bastos que não e o Dr. Fioreze que existe um aspecto político que é considerado. Explicou que a intenção da Presidência, ao repassar a tarefa ao Comitê, era estabelecer um limite a essa influência política nas decisões. Dra. Andrea Nocchi concordou com a necessidade de limitação desse tipo de cessão, ficando em dúvida em relação à proposta, que é bem rígida, limitando a consideração de aspectos políticos nas decisões. Opinou pela fixação de uma regra transparente e objetiva. Ruy Bittencourt relatou que o sindicato é contra qualquer tipo de uso político da discricionariedade desse título por parte da administração. Dra. Andrea Nocchi argumentou que outros aspectos também são levados em conta, como a situação pessoal do servidor envolvido, o que também seria limitado pela proposta rígida. Dr. Fioreze relatou que o tema surgiu em uma sessão do órgão especial quando um pedido específico foi analisado. Também relatou ter estranhado o número inicialmente expressivo, que ultrapassava a cem, e o número de dezoito relatado no estudo em análise. Carolina Ferreira explicou que a razão do número elevado é que se refere ao déficit total de servidores na instituição, considerando todos os tipos de cedência de servidores, o que envolve, além da cessão, remoções e licenças, mas que a Desembargadora Cleusa requisitou ao Comitê o estudo específico sobre a cessão prevista no artigo 93 da Lei nº 8.112/90, uma vez que não existe regramento específico no âmbito do TRT4, sendo de competência do Órgão Especial a decisão em cada caso. Dra. Andrea Nocchi questionou se essa demanda é atribuição do Comitê, uma vez que abrange também o segundo grau de jurisdição. Opinou não ser atribuição do Comitê. Carolina Ferreira explicou que a Presidente requereu um parecer ao Comitê, uma vez que a cessão de servidores também gera reflexos no primeiro grau. Dr. Fioreze opinou pela continuação do trabalho já iniciado. Dra. Andrea Nocchi

concordou, mas disse que o Comitê deveria analisar essa questão. Dr. Fioreze propôs a definição de um percentual é um patamar mínimo de cedências a ser observado. Exemplificou usando o percentual de dez por cento, assegurado o mínimo de dez cedências. Dr. Maurício Bastos opinou por fixar percentual sobre o quadro total de servidores, pois trata-se de critério extremamente objetivo. Dra. Andrea Nocchi opinou que não mais do que cinco por cento. Dr. Fioreze ressaltou que o Comitê não tem dados históricos sobre a cessão de servidores no TRT4. Dr. Maurício Bastos também propôs estabelecer um limitador máximo em relação ao número de servidores cedidos ao TRT4 para, de acordo com o déficit, haver deliberação por parte da instituição. Após debates, Dr. Fioreze propôs que o Comitê tenha mais subsídios para analisar a proposta e na próxima reunião cada integrante traga a sua concordância ou apresente proposta alternativa. Sugeriu, ainda, obter informações sobre a média de servidores cedidos nos últimos cinco anos. Ruy Bittencourt sugeriu solicitar informações sobre quem são os servidores cedidos atualmente e para quais órgãos. Também requereu que seja trazido ao Comitê todos os pedidos de cedência apresentados, podendo ser em período menor, e quais foram deferidos ou indeferidos. Carolina Ferreira informou que não há pedidos indeferidos, segundo a Presidente. Propôs realizar consulta nos outros TRTs sobre regulamentos internos para a cessão de servidores. Ruy Bittencourt discordou, referindo haver relatos de indeferimentos de pedidos, mas que o objetivo principal é ter um relato fiel do quadro de cedências dentro do TRT4. **O Comitê deliberou pela requisição das informações à Diretoria-Geral e a consulta aos demais Regionais.** O próximo item de pauta, por sugestão da Dra. Andrea Nocchi, foi a apreciação da proposta de regulamento interno das atividades do Comitê, também elaborada pelo Dr. Marcelo Bergmann. Debateram o conteúdo da proposta e **deliberaram ser necessário haver um mínimo de estrutura de funcionamento, sob pena de prejudicar o trabalho do Comitê.** Dra. Andrea Nocchi propôs que um ou dois integrantes elaborem uma proposta em conjunto com o Dr. Marcelo Bergmann para apresentação ao Comitê. Carolina Ferreira se candidatou em razão das questões operacionais que são essenciais para o trabalho de assessoramento desempenhado pela Assessoria de Gestão Estratégica, com o que houve concordância. **O Comitê deliberou que o Dr. Mauricio Bastos e os servidores José Américo e Carolina Ferreira irão apresentar ao Comitê, com base na proposta já elaborada pelo Dr. Marcelo Bergmann, sugestões para a**

regulamentação interna das atividades do Comitê. Na sequência, Dr. Fioreze retomou a decisão do Comitê de apresentar a proposta de redução no horário de atendimento às entidades representativas da advocacia no Fórum de Relações Institucionais. Relatou que a 15ª edição foi marcada pela Presidente especialmente para promover a interlocução do Comitê com os integrantes do Fórum. Informou que o *quórum* da reunião foi baixo, muito em razão do movimento promovido pela AMATRA IV contra a aprovação do projeto de lei que regulamenta a terceirização ter ocorrido no mesmo horário. Informou a inversão da ordem da pauta em razão do atraso do coordenador do Comitê. Disse que o coordenador mencionou aspectos sobre a constituição do Comitê, o efetivo início dos trabalhos, a eleição dos temas prioritários, sem detalhamentos, e que o Comitê procuraria os agentes envolvidos. Relatou que os membros do Comitê presentes à reunião ficaram na expectativa de apresentação da proposta ou introdução do assunto, o que não ocorreu. Dra. Andrea Nocchi e Dr. Maurício Bastos questionaram se a Desembargadora Cleusa concordou com a proposta. Dr. Fioreze informou que ela não se manifestou quanto ao mérito, mas concordou com a apresentação no Fórum de Relações Institucionais. Disse que o encaminhamento da proposta ficou prejudicado. Nesse momento, o Desembargador Francisco Rossal tomou parte da reunião. Dr. Fioreze rapidamente relatou a reunião até o momento. Des. Rossal concordou com a decisão de iniciar a reunião sem a sua presença e sugeriu que isso seja definido como procedimento, até em razão da sua convocação para atuar no TST, que comunicou aos integrantes presentes. Disse que, em princípio, irá trabalhar em Porto Alegre, o que não impede a continuação de suas atribuições administrativas dentro do Tribunal, por exemplo participação em sessões do Órgão Especial e Tribunal Pleno, mas que se afastará das atividades jurisdicionais. Eventualmente estará em Brasília, informando desde já que estará fora durante toda a próxima semana. Afirmou que o Comitê precisa funcionar, independentemente da sua presença. Disse que conversaria com a sua suplente, Dra. Maria Silvana Tedesco. Dra. Andrea Nocchi lembrou que cabe ao Dr. Fioreze a coordenação nessas situações, conforme decisão do Comitê na primeira reunião. Dr. Fioreze informou ao Des. Rossal os encaminhamentos dados até o momento e disse que relatou a participação do Comitê no Fórum de Relações Institucionais e registrou a expectativa por parte os integrantes do Comitê presentes à reunião de que o assunto sobre a redução no horário de atendimento fosse introduzido, o que não aconteceu, mas que o Comitê procuraria os agentes

envolvidos. Questionou qual será o próximo encaminhamento da proposta. Des. Rossal defendeu o uso da cautela para tratar o assunto, já que o tema é delicado, especialmente para a advocacia. Sugeriu a designação de reuniões com as entidades fora do ambiente formal do Fórum para debater o assunto e tentar uma negociação prévia. Dr. Fioreze reforçou a expectativa de que o assunto fosse apresentado. O assunto foi debatido e a Dra. Andrea Nocchi sugeriu que o Comitê defina os próximos passos em relação ao encaminhamento da proposta. Des. Rossal propôs que sejam designadas reuniões mais informais com as entidades da advocacia para que o assunto seja discutido e negociado. Dra. Andrea Nocchi concordou com a proposta, colocando-se à disposição para participar na qualidade de representante da Corregedoria. **Foi definida a realização de reunião com a OAB-RS, AGETRA e SATERGS, com a presença do Des. Rossal, Dr. Fioreze, Dr. Mauricio Bastos, Dra. Andrea Nocchi, e com os servidores integrantes do Comitê.** Dr. Fioreze questionou se esse encaminhamento considerará a proposta existente. Dra. Andrea Nocchi respondeu que sim e questionou a competência da decisão, sendo respondido que cabe ao Órgão Especial, o que também poderá ser utilizado como argumento na negociação com os advogados. Questionou sobre a necessidade de diálogo com os colegas de primeiro grau, pois não tem certeza de que a redução no horário de atendimento é unânime. Dr. Fioreze entrevistou dizendo que o Fórum de Relações Administrativas é o órgão de interlocução com o Comitê e, em tese, a decisão deve contar com a maioria dos seus integrantes. Dra. Andrea Nocchi sugeriu, como encaminhamento, que a proposta seja inicialmente levada ao conhecimento dos colegas Diretores de Foro integrantes do Fórum de Relações Administrativas, designado para o dia doze de junho na sede da AMATRA IV e, posteriormente, seja realizada a reunião com as entidades representativas da advocacia. Des. Rossal sugeriu adiantar esse processo, tendo a Dra. Andrea Nocchi sugerido o envio de *e-mail* aos colegas Diretores de Foro, dando conhecimento da proposta e, não havendo oposição, que o Comitê debata com as entidades representativas da advocacia. Os integrantes repassaram a proposta concreta, que consiste na redução da hora inicial de atendimento a partir do segundo semestre de 2015, fixando-se o atendimento das 11h às 18h, bem como a redução em mais uma hora, a partir de 21 de janeiro de 2016. Os integrantes questionaram se a redução ocorrerá na última hora de atendimento, ou seja, redução das 18h para às 17h. Dr. Fioreze informou que não houve definição. Carolina Ferreira lembrou ter sido

discutida a questão, havendo o consenso de que não seria proposta redução ao final do horário de expediente. Des. Rossal propôs que apenas a primeira parte da proposta seja levada a conhecimento no momento. José Américo opinou que o ambiente do Fórum de Relações Institucionais não é o melhor para debater um tema dessa complexidade, em razão do formalismo e sugeriu a designação de uma reunião mais informal, com todos os participantes sentados à mesa. Além disso, ponderou que o Fórum conta com entidades diversas às da advocacia, que estariam à margem do debate, como por exemplo, a APEJUST (Associação dos Peritos na Justiça do Trabalho – Estado do Rio Grande do Sul). Após debates, **o Comitê deliberou pelo encaminhamento de pesquisa junto aos Juízes Diretores dos Foros sobre a proposta de redução no horário de atendimento, bem como designação de reunião com a OAB-RS, AGETRA e SATERGS para tratar do assunto.** Na seqüência, Des. Rossal relatou que, na **proposta de regulamento interno do Comitê, elaborada pelo Dr. Marcelo Bergmann, está prevista a designação de relator para cada uma das demandas tratadas pelo Comitê. Submeteu a sugestão à apreciação, tendo sido aprovada pelo Comitê.** Em relação à proposta da AMATRA IV, Des. Rossal reforçou a necessidade de agilização na análise por parte do Comitê, sugerindo acelerar a discussão para apresentação de proposta de implementação à Administração. Relatou a necessidade da definição dos critérios para verificação dos Juízes do Trabalho que serão beneficiados com o segundo assistente, em razão da manifestação dos colegas de Rio Grande, além da possibilidade de implementação total ou parcial, em quais termos, bem como o cronograma de implementação. Dr. Fioreze lembrou que o Comitê convencionou levar a proposta a debate na próxima reunião do Fórum de Relações Administrativas, designada para o dia 12 de junho. Des. Rossal reforçou a necessidade de definição de data limite para apresentação da proposta do Comitê sobre o tema à Administração. Dra. Andrea Nocchi questionou o Dr. Rodrigo Trindade se a proposta sofrerá algum tipo de ajuste, em razão da manifestação dos colegas de Rio Grande e de todos os demais aspectos debatidos até o momento. Dr. Rodrigo Trindade respondeu que o entendimento da AMATRA IV é que o projeto está pronto e que foram utilizados critérios factíveis, mas não há problema no estabelecimento de outros critérios por parte da Administração. Disse que a AMATRA IV pode elaborar uma proposta complementar ou alternativa caso a Administração do TRT4 entenda que a proposta original não é factível. A idéia é que

haja a implementação da proposta. Relatou ter conversado com a Desembargadora Cleusa na semana passada e que houve o questionamento do motivo pelo qual o Comitê ainda não encaminhou o parecer sobre a proposta, o que evidencia, na opinião do magistrado, a vontade da Administração em implementar o projeto. Dra. Andrea Nocchi questionou se o Comitê já possui as informações necessárias sobre servidores e funções comissionadas necessárias à análise da proposta. Carolina Ferreira informou que o respectivo processo administrativo encontra-se na Diretoria-Geral. Dr. Rodrigo Trindade referiu que a Desembargadora Cleusa disse não ser necessário parecer da Diretoria-Geral. Des. Rossal propôs que o Comitê trabalhe especificamente sobre o projeto da AMATRA IV. Ruy Bittencourt relatou ao Fórum que o sindicato realizou na semana passada uma rodada estadual de assembleias de base e um dos temas tratados foi a proposta da AMATRA IV. Não se recordou do total de assembleias realizadas em Porto Alegre e no interior do Estado, mas relatou que a totalidade rejeitou a proposta. Em Porto Alegre, esse posicionamento foi ratificado em assembleia geral, além da contraproposta de criação de anteprojeto de lei para criação de cargos e funções comissionadas que contemple a proposta da AMATRA IV e também atenda minimamente a Resolução nº 63 do CSJT que, além de não estar inteiramente implementada no TRT4, é insuficiente para atender à demanda atual de trabalho. Relatou que não há contrariedade em relação ao mérito da proposta, mas sim quanto à forma de implementação, mediante remanejamento de cargos e funções comissionadas. José Américo relatou que o CODITRA formou dois grupos de diretores de secretaria para tratar da proposta. Um grupo conversará com a Presidente e Corregedora para discutir se é oportuna ou não a implementação instantânea do projeto. Reforçou que o CODRITRA também não é contrário ao mérito da proposta, mas entende que o remanejamento de servidores e funções comissionadas vai contra ao objetivo do CNJ com a criação desse Comitê. O grupo apresentará, de forma sintética, um estudo sobre os impactos na execução do trabalho nas secretarias das unidades judiciárias. Relatou que o outro grupo foi formado para elaborar uma proposta alternativa, que tente harmonizar a manifestação dos Juízes do Trabalho de Rio Grande com o projeto da AMATRA IV, bem como tentar diluir os impactos da implementação. Disse que esse grupo de trabalho está à disposição para auxiliar a AMATRA IV e o Comitê e reforçou a necessidade de que a implementação do projeto leve em conta a necessidade de capacitação de servidores que hoje desempenham tarefas de menor complexidade

dentro das secretarias e que, com o deslocamento de um servidor da secretaria para o gabinete, terão que desempenhar tarefas relacionadas ao PJe-JT que são mais complexas, como por exemplo, a elaboração de minutas de despachos. Des. Rossal informou que estará em Brasília durante a próxima semana e participará do primeiro encontro dos Comitês Gestores Regionais de Priorização do Primeiro Grau. Reforçou a necessidade de estabelecer um cronograma e da designação de reunião específica para análise do projeto da AMATRA IV.

Dr. Mauricio Bastos concordou com os argumentos do servidor José Américo quanto à necessidade de capacitação dos servidores. Dr. Rodrigo Trindade lembrou que na primeira reunião foi deliberado o encaminhamento de proposta para capacitação de servidores, a ser realizada pela Escola Judicial. Disse que o problema maior não é a capacitação, pois o quadro conta com muitos servidores capacitados, que aguardam a oportunidade de trabalhar na atividade-fim. Informou que a pendência é o parecer do Comitê sobre a viabilidade de implementação do projeto. Des. Rossal sugeriu que o Diretor-Geral do TRT4, Sr. Luiz Fernando Taborda Celestino, seja convidado a participar da próxima reunião para prestar as informações necessárias sobre a viabilidade de implementação do projeto da AMATRA IV. Dra. Andrea Nocchi sugeriu a designação de relator para essa demanda. Disse ser necessário reunir a proposta da AMATRA IV, a manifestação dos colegas de Rio Grande, o posicionamento formal do SINTRAJUFÉ e CODITRA e as informações da Diretoria-Geral para elaboração de parecer. Ruy Bittencourt defendeu o encaminhamento de pedido de informações à Secretaria de Gestão de Pessoas e Diretoria-Geral para subsidiar o parecer do Comitê, pois a implementação açodada do projeto pode trazer conseqüências danosas. Dr. Fioreze esclareceu que não houve discordância por parte da Presidência quanto ao encaminhamento da demanda, mas sim quanto à forma, para preservar o caráter de autonomia do Comitê. Ponderou que a elaboração de parecer por parte da Diretoria-Geral poderia gerar a falsa impressão de que o requerimento é da Presidência. Por essa razão, sugeriu que fossem requisitadas informações à Diretoria-Geral para subsidiar a elaboração de parecer por parte do Comitê. **Des. Rossal definiu, como encaminhamento da demanda, que a próxima reunião ordinária do Comitê trate apenas da proposta da AMATRA IV, além do convite ao Diretor-Geral para participação.** Dr. Rodrigo Trindade esclareceu que a AMATRA IV não vê problema na modificação ou ampliação de critérios, mas tem a expectativa de que o Comitê dê seguimento aos

encaminhamentos necessários para a aprovação do projeto. Em razão da complexidade da demanda, Des. Rossal avocou para si a relatoria do projeto. Determinou o convite ao Diretor-Geral e que a próxima reunião será específica sobre o projeto da AMATRA IV. Até lá requereu que as manifestações do sindicato e do CODITRA sejam encaminhadas formalmente ao Comitê. Na seqüência, passou à palavra à servidora Daniela Vaz dos Santos, que se apresentou como diretora da Secretaria de Administração e explicou que também exerce a função de ordenadora de despesas, figura exigida por lei que formalmente autoriza a execução de despesas públicas. Informou que compareceu na reunião a convite do Des. Rossal para responder aos questionamentos do Comitê em relação à elaboração da proposta orçamentária. Des. Rossal explicou que o convite ocorreu em função da necessidade de assessoria técnica para atendimento à Resolução nº 195 do CNJ. **A análise do tema ficou adiada.** Daniela Vaz dos Santos informou que já estão trabalhando na proposta orçamentária para o ano que vem e que o prazo final para encaminhamento ocorrerá em agosto. A seguir, foi dada à palavra ao servidor Mário Garrastazu Médici Neto, que se apresentou como diretor da Secretaria de Comunicação Social e disse que o objetivo da sua presença na reunião era colocar a secretaria à disposição do Comitê para dar um tratamento mais jornalístico na divulgação das notícias e atuação do Comitê, dada a sua relevância. Des. Rossal agradeceu a presença dos servidores e disse contar com a presença deles nas próximas reuniões. **Sugeriu acelerar o trabalho do Comitê no mês de maio, para que o parecer sobre o projeto da AMATRA IV esteja finalizado até a próxima reunião do Fórum de Relações Administrativas, com a designação de reuniões semanais. As próximas reuniões ocorrerão nos dias 11, 18 e 25 de maio, sempre às 17h, na sala 506-B.** Ao final da reunião, o servidor Ruy Bittencourt pediu a palavra para relatar a realização do ato contra a aprovação do projeto de lei que regulamenta a terceirização. Informou que foi aprovado o encaminhamento de requerimento à Presidência do TRT4 para reversão das atividades hoje já terceirizadas dentro da instituição, bem como para impedir que ela ocorra em outros setores, citando, como exemplo, o de transportes. O sindicato entende que existe uma vontade manifesta por parte de magistrados, advogados, servidores e usuários da Justiça Trabalho de reversão desse quadro. Solicitou o posicionamento do Comitê sobre o tema. Des. Rossal informou que o tema é objeto de pauta na próxima sessão plenária, agendada para o dia 04 de maio, ocasião em que será

decidido se haverá uma manifestação formal por parte da instituição contra a aprovação do projeto de lei ou se a manifestação será individual, a exemplo dos Ministros do TST. Ruy Bittencourt requereu espaço para manifestação do sindicato na sessão. Des. Rossal explicou que não há previsão no Regimento Interno do Tribunal, mas que entende e respeita o caráter político da atuação sindical e que as manifestações do sindicato sempre são bem-vindas. Agradeceu a presença de todos e disse esperar as **manifestações do sindicato e do CODITRA sobre o projeto da AMATRA IV para a próxima reunião**. Informou, por fim, que a Secretaria de Comunicação Social divulgará notícia sobre os encaminhamentos tratados na reunião de hoje. Reunião encerrada às 18h35min. Ata subscrita pela servidora Tatiana Duarte Pina, Assistente, lotada na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais. ~~~~~